

Destaque

Contestação Especialistas em ciências sociais enquadram vagas de “indignados”

Multidão na rua é um desafio à democracia representativa, mas a sua acção está limitada pelo evoluir da crise

Natália Faria e Miguel Gaspar

Os movimentos de jovens querem mudar uma democracia onde não se sentem representados, mas a crise limita a capacidade de chegarem aos seus objectivos

● Um pouco por toda a Europa, sobretudo na do Sul, a rua desafia a crise. Em Portugal (a 12 de Março) e em Espanha, nas últimas semanas, a multidão na rua disse alto que a democracia não estava a representar toda a gente. Estarão os partidos a ouvir os sinais? Conseguirão estes movimentos, explorando o poder das redes sociais, influenciar a agenda política? Será o tempo dos indignados comparável ao da geração de 68, a primeira geração de jovens que desafiou o sistema na rua?

Para o sociólogo Boaventura Sousa Santos, as manifestações dos jovens de hoje são “mais defensivas que ofensivas” e nisso distinguem-se do movimento estudantil de Maio de 68. “Este último tinha, em geral, objectivos socialistas. Ao contrário, e pese embora a retórica mais radical, os jovens de hoje insurgem-se para defender a protecção social e os horizontes de vida que as gerações anteriores tiveram e a que julgam ter igualmente direito”, sustenta o sociólogo, para concluir: “Maio de 68 era regulado por expectativas ascendentes enquanto os movimentos de hoje são regulados por expectativas descendentes.”

O sociólogo Manuel Villaverde Cabral também encontra diferenças de fundo entre 1968 e 2011. “Em 1968 houve uma dinamização de grupos sociais que se confrontaram com sistemas políticos e socioculturais anquilosados. Maio 68 venceu e mudou essas estruturas sociais.” Algo mais difícil de conseguir num momento recessivo, considera. “Os movimentos actuais são defensivos e, como tal, estão destinados à derrota. Mudar as coisas é difícil nesta conjuntura. 68 aconteceu no pico do crescimento económico. Agora estamos no ciclo oposto”, diz o investigador do Instituto de Ciências Sociais.

Neste jogo de comparações entre duas épocas, a antropóloga Inês Pereira encontra em comum “a preocupação com a ocupação do espaço público e o facto de serem movimentos que, embora possam pertencer a organizações ou a partidos, não são liderados por nenhuma organização concreta. Há uma tentativa de reinvenção das formas de participação democrática e também alguma preocupação com a questão simbólica e performativa que foi inaugurada com o Maio de 68”. De diferente, “a componente económica e financeira que aqui é muito forte e que não estava presente” em 1968.

Jovens voltaram a concentrar-se ontem em Lisboa



RUI GAUDÊNCIO

Uma geração que vê fugir-lhe os direitos e desmoranar-se o futuro torna-se o pólo aglutinador de um silêncio que há vários anos envolve a democracia, expresso pela abstenção e pela descrença no papel dos partidos. “Há uma crise da representação político-partidária que os analistas reconheceram nos anos 1990 e cujo sintoma era a abstenção qualificada. Aparece aquilo a que a politóloga britânica Pippa Norris, chama os *critical citizens*: pessoas informadas que não partilham os caminhos tradicionais de participação político-eleitoral, no qual não se sentem bem representadas”, afirma Villaverde Cabral.

Os movimentos que os jovens catapultaram, como o 12 de Março em Portugal, atraíram às pessoas de vá-

rias gerações, ideologias e quadrantes sociais, uma galáxia de descontentes que nesse dia encontrou um pólo comum. A adesão da opinião pública aos motivos dos protestos do movimento do 15M em Espanha (até este enveredar pela violência) mostram como a geração que não se sente representada canalizou frustrações anteriores.

As revoluções *fast food*

João Labrincha, um dos rostos do Movimento 12 de Março (M12M) pensa que esse descontentamento é muito mais do que uma reacção conjuntural. “As pessoas estão a perder qualidade de vida, direitos e dignidade e, como tal, este é um momento em que mais pessoas decidem contestar,

mas eu não acredito em revoluções *fast food*, que acontecem de um dia para o outro. Para mim, as revoluções são feitas na consciência das pessoas e isso exige um esforço e uma participação continuadas”, defende, para sustentar que “o que está a acontecer é um despertar de consciências que vai contribuir para o desenvolvimento da democracia”.

Para Boaventura Sousa Santos, há um choque entre um ideal democrático e a realidade da democracia. “Os movimentos de hoje são produto do enraizamento do ideal democrático no imaginário da sociedade e da verificação de que esse ideal está cada vez mais distante da realidade”. Para o director do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, “os

jovens verificaram que a democracia representativa está, de facto, a ser manipulada” e deram-se conta “que as instituições democráticas, entre as quais os partidos de governação, estão sequestradas pelos interesses de minorias poderosas”. Boaventura Sousa Santos lembra que “os momentos mais criativos da democracia raramente ocorreram nas salas dos parlamentos: ocorreram nas ruas, onde os cidadãos revoltados forçaram as mudanças de regime ou a ampliação das agendas políticas”.

O peso da crise

Para Manuel Villaverde Cabral, esta crise da democracia está directamente ligada à globalização, ao impacto desta sobre o Estado social, à forma como os mercados condicionam a decisão política. “A principal origem desta crise é a globalização económico-financeira, que acentuou a crise da representação. Os governos deixaram de divergir - poderá não ser um pensamento único, mas é certamente uma decisão única - em decisões económico-financeiras que envolvem o Estado social. Os principais temas de diferenciação desapareceram.”

Para Inês Pereira, a relevância futura destes movimentos passará por deixarem de ser apenas locais. “O movimento, a ter alguma força, é por ser internacional, até porque os problemas são globais e, por isso, a incorporação das propostas vai depender do que acontecer nos países onde o movimento é mais fixo, mais forte e com mais impacto”, antevê.

O futuro destes movimentos escreve-se portanto nas margens da crise e da forma como esta evoluir, defende Manuel Villaverde Cabral. “Os mercados não querem a falência; querem que as coisas continuem como estão, mas a falência pode acontecer e a ruptura pode vir da Grécia. E no cenário impensável da ruptura e da queda do euro estes movimentos podem crescer.”

Movimento Democracia Verdadeira Já

“Com as medidas cada vez teremos mais pessoas na rua”

Reportagem

Catarina Gomes

● João Cruzeiro, economista reformado de 78 anos, confessa que ele só estava ali porque pensava que na Avenida da Liberdade, em Lisboa, ainda estava montada a enorme quinta urbana que na véspera juntou nas faixas de rodagem porcos e couves. Falhado o objectivo, sentou-se no banco de jardim a observar a manifestação do movimento internacional

Democracia Verdadeira Já. Na sua opinião, este tipo de protestos “serve para os jovens dizerem que existem”.

Terão sido cerca de 500 manifestantes que ontem pisaram o alcatrão ainda sujo de vestígios agrícolas, contabiliza Renato Teixeira, jornalista de 31 anos e um dos organizadores da “manifestação internacional dos indignados”, que se terá reproduzido em 800 locais no mundo, estimativa confirmada por fonte policial. São muito menos do que os cerca de 300 mil da manifestação Geração à Rasca,

de 12 de Março, e do que os cerca de 700 de há 15 dias organizados pelo mesmo movimento, mas “é só uma questão de tempo”, vaticina Manuela Ribeiro, desempregada de 52 anos: basta que as medidas da *troika* aumentem ainda mais o desemprego.

E é de repente que os manifestantes começam a andar para trás, a responder ao mote vindo do megafone: “Andamos para trás, com o FMI.” Banqueiros terá sido das palavras mais ouvidas, eles e os políticos. “Eles é que viveram acima das nossas

possibilidades”, lê-se num cartaz. Paula Gil, uma das organizadoras da manifestação do 12 de Março, defende que “se passou a ideia de que tudo o que se está a passar em Portugal é inevitável. Na Islândia, os movimentos começaram com cinco a 15 pessoas até conseguirem uma auditoria [às contas públicas] e um referendo”. Para a activista, “com as medidas da *troika* cada vez teremos mais pessoas na rua”. Margarida Santos, de 19 anos, só lamenta “que as pessoas se juntem para ouvir Tony Carreira e não se unam para o lhes diz directamente respeito”.